

## **POR UM PSOL POPULAR E SOCIALISTA**

Militantes da Primavera Socialista -DF

O PSOL se consolidou como alternativa de esquerda, combativa, socialista e democrática para milhares de pessoas. Somos a renovação da esquerda brasileira porque não hesitamos em tomar lado em momentos críticos da história do Brasil: na denúncia ao golpe contra Dilma; na campanha pela liberdade de Lula; no enfrentamento à criminalização da política feita pela Lava Jato; na resistência a Bolsonaro; e na participação da frente que venceu as eleições de 2022. O PSol se conectou ao que há de melhor na luta popular, ambientalista, feminista, sindical, estudantil, antirracista e anti-lgbtqifóbico. Somos o PSol Popular e queremos construir um partido presente na periferia, na favela, na Amazônia, no Nordeste, nas grandes cidades, nos interiores. Um PSOL com a cara do povo brasileiro!

A reestruturação produtiva afetou primeiro a indústria, destruindo velozmente os empregos. Milhões de pessoas perderam sua fonte de renda e foram empurradas para a economia informal e para a precarização. A automação bancária, com o fechamento de agências e o atendimento ao cliente via aplicativos; a automação do varejo com caixas eletrônicos de conferência e pagamento; a generalização do trabalho à distância, com o esvaziamento do centro das cidades; a uberização, que reduziu o trabalho assalariado e o substituiu pela contratação por demanda, são faces de um processo irreversível, com profundo impacto social. Esse novo ciclo tecnológico trouxe profundas derrotas para os trabalhadores, ampliando a desigualdade social em escala global.

No Brasil, na América Latina, na Europa, na Ásia e no mundo árabe surgem processos de resistência que questionam os limites da democracia liberal. Neste cenário a extrema direita voltou a ter protagonismo e vencer eleições, o que não seria possível sem que milhões de trabalhadores fossem seduzidos pela retórica fascista, pelo discurso antissistema e pela disseminação do ódio. Se na década de 1930 na Alemanha os “inimigos” eram os judeus, comunistas, LGBTs e outras minorias, hoje, também os negros, imigrantes, as mulheres e os povos originários são alvo do discurso genocida. A civilização duela com a barbárie.

Uma face perversa do trabalho precarizado é a ausência de vínculo coletivo e de compartilhamento de identidades, que prejudica a consciência de classe. A votação de Bolsonaro, que venceu com larga vantagem na Amazônia, bem como na maioria das capitais, demonstra que o fascismo escalou. A burguesia rural brasileira é cínica. Defende o direito de propriedade como mantra - desde que seja a sua propriedade – mas nega esse direito aos povos originários, impondo o desmatamento e a mineração criminosa. O discurso privatista demoniza o Estado e os agentes políticos. Ao ocupar o espaço da contestação ao sistema, a extrema direita empurra parte da esquerda para a condição de defensora do “status quo”. Bolsonaro aproveitou-se da crise política aberta a partir de 2015 – marcada pela derrocada do PSDB e pela prisão de Lula - para construir-se como alternativa. Parlamentar medíocre, apresentou-se como outsider e se conectou com o sentimento de parte do povo brasileiro. A operação Lava Jato – defendida por setores do PSOL – foi decisiva para colocar o sistema político em xeque e pavimentar o caminho das forças do atraso. O mote “Nossa bandeira jamais será vermelha” requeitou o anticomunismo e fez crescer a apologia ao uso de armas e da violência como ferramenta

política. Por isso é preciso estimular a organização popular sob o manto da solidariedade. Cabe à esquerda defender a política como instrumento de luta e apresentar-se como alternativa antissistema, defendendo mudanças estruturais. Se os sindicatos perderam força, outros movimentos surgem, com novos sentidos de pertencimento. Mulheres, negros, LGBTQIA +, nações indígenas, comitês por moradia e transporte ganham protagonismo. Esses novos atores políticos têm papel fundamental na criação de uma agenda renovada, que inclui o enfrentamento da crise climática, os direitos humanos e democratização do Estado, para retirar uma massa de excluídos da condição de “lúpem do proletariado”, hoje sob a órbita ideológica da direita.

Em 2022 Lula quase perdeu a eleição. Bolsonaro quase ganhou. Lula venceu liderando coalizão social minoritária em torno das classes trabalhadoras assalariadas. Mas só venceu porque a tragédia produzida por Bolsonaro durante a pandemia e na gestão econômica aprofundou a divisão interna nas classes dominantes, fazendo com que parte da burguesia apoiasse o candidato da Frente Brasil. A eleição de Lula foi essencial para interromper o desmonte praticado pela extrema direita, mas não significa o fim desta disputa. A correlação de forças no Congresso nos é desfavorável. Esse cenário não é estático. A esquerda precisa retomar a ofensiva e consolidar a luta. Mantendo características de seus mandatos anteriores, Lula governa nos limites dos acordos parlamentares. Sequer a hipótese de repetir o melhor de seus governos anteriores está dada, em função de um regramento fiscal duro, que limita gastos e investimentos. Se a revogação do Teto de Gastos era um imperativo já com largo consenso, o Novo Arcabouço Fiscal expressa uma visão conservadora da gestão das contas públicas.

Por trás da falsa preocupação com a “sustentabilidade da Dívida Pública” está a tentativa de estrangular o governo. O pacto de governabilidade expresso em torno das regras fiscais garante os gastos sociais compensatórios (Bolsa Família, aumento do Salário-Mínimo, Minha Casa Minha Vida), essenciais, mas impede maior protagonismo do Estado na ampliação de infraestruturas e no redirecionamento do processo produtivo.

Percebendo as dificuldades do governo e suas divisões internas – que se tornaram públicas no conflito entre Ibama e Petrobrás em torno da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira – Lira e o Centrão partiram para a ofensiva. Além da aprovação das novas regras fiscais com apoio de quase toda a base governista (as exceções foram PSOL e Rede Sustentabilidade), a Câmara chancelou o Marco Temporal, que “congela” a demarcação de terras indígenas; esvaziou os ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas, e facilitou o desmatamento da Mata Atlântica.

Se aceitar o “semi-presidencialismo” imposto pelo Congresso, Lula não aplicará o programa eleito nas urnas, fazendo crescer a frustração e o ceticismo popular, e abrindo caminho para a volta do bolsonarismo sem Bolsonaro, se o TSE o tornar inelegível. É preciso pensar uma “governabilidade a quente” com forte mobilização popular.

Nesse quadro, uma de nossas tarefas é viabilizar o governo Lula, como trincheira para impedir novo retrocesso em 2026. Não é tarefa fácil: o PSOL será confrontado com escolhas difíceis. Mas o interesse da classe trabalhadora deve estar sempre em primeiro plano. Devemos seguir ocupando o espaço de ala esquerda da base do governo, sem deixar de expressar dissenso quando se impuser.

A disputa municipal de 2024 servirá para aferir a nova correlação de forças no país, mas também para o PSol se afirmar como partido que disputa o poder. Manter a prefeitura de Belém e disputar capitais como São Paulo, onde as chances de vitória são reais, são tarefas essenciais para superar a fase de partido parlamentar. Devemos buscar a unidade das forças de esquerda e centro-esquerda no primeiro turno das eleições, com uma política de alianças ampla que mantenha a hegemonia de um projeto popular, mas dê governabilidade aos nossos governos. No pleito de 2024 devemos buscara/ uma agenda de ampliação de direitos trabalhistas, reforçando lideranças com capacidade de dialogar com as periferias e com os espoliados.

Nos últimos anos o PSOL deu passos firmes. Segundo o TSE somamos mais de 70 mil novos filiados – o maior crescimento da história do partido – com uma bancada combativa, diversa e representativa. Na Câmara temos a maior bancada da história. Se tivéssemos enveredado pela tática sectária do “Fora Todos”, do “Viva a Lava Jato” ou da candidatura própria, o PSOL ocuparia papel residual na cena política.

Na última gestão, iniciada no VI Congresso, consolidamos a política de unidade das esquerdas. Estreitamos as relações entre as direções Nacional e estaduais com o projeto “PSOL pelo Brasil” que levou representantes da Executiva Nacional aos 27 estados da federação. Com a iniciativa “Direito ao Futuro” o PSOL abriu debate com representantes segmentos. A I Conferência da Amazônia marcou o processo de compreensão do PSOL em relação ao papel da região, na construção de um projeto democrático, soberano e ecossocialista para o Brasil. A Fundação Lauro Campos-Marielle Franco (FLCMF), se consolidou como espaço de elaboração programática. Apesar disso, os espaços de formulação ainda são esvaziados por algumas forças partidárias, que preferem manter suas próprias escolas de formação. Isso fragiliza a unidade interna e amplia o sectarismo e a hostilidade entre filiados.

A eleição do deputado mais votado da esquerda brasileira – Boulos - com mais de 1 milhão de votos – e a posse da “bancada do cocar” com Sônia e Célia expressam o acerto da nossa política. A presença no ministério de Lula e a realização da Conferência das Nações Unidas (COP-30) em Belém, em 2025, é um reconhecimento da importância da luta indígena para nós. Mas podemos ir além. Reconhecer que nosso partido está mais forte, enraizado, estável e maduro, não significa dizer que ele está pronto para os desafios que temos.

No trabalho parlamentar é preciso aproximar nossos mandatos da direção partidária. Temos a bancada mais aguerrida da Câmara dos Deputados – e o mesmo acontece nos demais espaços que ocupamos – mas há um distanciamento entre a direção e os mandatos. O Brasil que deu origem ao PSol, em 2004, não existe mais. Nosso programa e estatuto precisam de um “up”. O estatuto deve garantir instrumentos de governança internas mais ágeis, transparentes e democráticos. A utilização de grupos de mensagens instantâneas trouxe agilidade às instâncias, mas não pode substituir os núcleos de base e setoriais. Não basta trocar o príncipe, temos que mudar o princípio também.

Para o PSOL ser mais democrático, devemos olhar com mais atenção a construção partidária para além do eixo Sul-Sudeste. Um partido que almeja o poder não pode ter sua bancada concentrada em 4 estados, como hoje acontece. Defendemos um plano de crescimento do PSOL no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, fundamental para enfrentar as

forças conservadoras. Queremos setoriais ativos e democráticos. O modelo do setorial de mulheres, do qual participam as correntes internas de forma transparente e proporcional, é exemplo a seguir. Não é possível que espaços fundamentais sejam transformados em “feudos” de grupos minoritários para a reprodução de ataques à direção partidária, como aconteceu. Defendemos um regimento nacional para os setoriais de juventude, comunicação, saúde, negros e negras, tecnologia, economia, LGBTQIA+, entre outros. O PSOL pode ser mais forte e democrático se superarmos o espírito de fração e só será útil ao povo brasileiro se defender com firmeza e unidade suas posições. O PSOL pode mais e o seu fortalecimento é tarefa permanente.

Com cerca de seis mil filiados, o PSOL DF construiu uma história de luta e resistência. Com dois deputados distritais, que figuram entre os três mais votados, representamos parcela importante do eleitorado. Por meio da militância e de seus parlamentares, buscamos representar, resistir e mobilizar a sociedade para garantir direitos e conquistas sociais. Essa tarefa foi difícil entre 2018 e 2022, nos anos do desgoverno Bolsonaro-Ibanez, que empolgaram parcelas da população com seu projeto reacionário. No Congresso, esquerda brasiliense encolheu. Vivemos momentos difíceis com a pandemia da COVID 19, que praticamente paralisou as atividades parlamentares, sindicais e dos movimentos populares, criando ambiente para celebração de acordos políticos e econômicos de interesse das classes políticas hegemônicas do DF. A população ficou à margem desses acordos, além de sofrer com o aumento do desemprego e da miséria.

A degradação social é visível: o aumento da população de rua, da violência urbana e do feminicídio, são chagas sociais decorrentes da ampliação das desigualdades sociais. A crise aumentou para as parcelas excluídas economicamente. O desemprego passou dos 13% na população economicamente ativa. O primeiro mandato de Ibanez (2019-2022) foi um período autoritário, colado às teses obscurantistas de Bolsonaro e colocando o aparato do GDF a serviço das empresas a eles vinculados. Cooptando os parlamentares fisiológicos, transformou a Câmara Legislativa num balcão de negócios escusos.

Reeleito em primeiro, Ibanez começou mal seu 2º. mandato, com os ataques a Capital, que lhe tirou momentaneamente do Buriti. A ausência do aparato policial na ocupação da Praça dos 3 Poderes, mostrou que Ibanez e a cúpula de PM flertou com o golpismo, arquitetado por setores das forças armadas e segmentos do agronegócio. O PSol resistiu a isso e subscreveu o pedido de Impeachment do governador. Infelizmente, a reação da sociedade civil à tentativa do golpe foi débil. A maioria dos meios de comunicação fez uma espécie de “cadeia da legalidade”, denunciando a tentativa de burlar o resultado das eleições. Isso ajudou a impedir a consumação do golpe.

Apesar da expressiva votação do PSol, que dobrou sua bancada na CLDF, o resultado eleitoral foi ruim para o campo da esquerda, que já governou o DF em 3 ocasiões. O PT continuou definhando eleitoralmente. Bolsonaro teve mais de 60% dos votos em 2022, com forte influência no eleitorado. Precisamos interpretar a semiótica das pesquisas para compreender este cenário complexo e construir novas estratégias de disputa. Foi-se o tempo do “se a realidade não bate com a nossa teoria, dane-se a realidade”.

É preciso reconquistar o apoio dos setores espoliados da periferia, dos assentamentos e do serviço público, que ficaram mais de seis anos sem reajuste. A atuação dos parlamentares do PSOL na CLDF, em conjunto com PT e PSB, por meio das CPI's e

outros instrumentos de atuação, questionou o governo Ibanez e sua política nociva à maioria da população. A recente greve dos professores foi um momento de retomada da luta sindical e de resistência à política de Ibanez. Outras categorias do GDF também estão em mobilização.

É preciso avaliar a atuação da direção do PSOL nesse momento histórico. As dificuldades foram grandes durante e após a pandemia, quando tivemos dificuldade em mobilizar a base partidária. Mesmo com o isolamento social, conseguimos reunir a direção partidária. Unificar os setores internos e nossa pauta de atuação, articular as ações do partido com a bancada parlamentar, são desafios que estão na ordem do dia da direção a ser eleita.

*Brasília, inverno de 2023*

**Assinam:**

1. ABDELHAMID MEHREZ FARAG KHALIFA
2. ALMIR SEVERINO DE SOUSA
3. ALTEMIR DE SOUZA NOVAIS
4. ANA LUCIA DA SILVA COLUSSO
5. ANA MARIA LOPES DE OLIVEIRA
6. ANDRE NUNES DE ARAUJO
7. ANTONIA APARECIDA FERREIRA
8. ANTÔNIA MÁRCIA BEZERRA VALE
9. ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
10. ANTONIO ILSON SALDANHA BRASIL
11. BRUNA EVELIN DE CAMPOS FERREIRA
12. CARLOS ALBERTO MARTINS
13. CARLOS ROGERIO SUCUPIRA
14. CARMELITA DE SOUSA FERREIRA
15. CECÍLIA RODRIGUES
16. CRISTIANE CASÉ GOMES
17. CRISTIANE REGINA DA SILVA BELTRÃO
18. EDISON PINTO DE OLIVEIRA
19. EDVAGNER PEREIRA DA SILVA
20. HELÂNIA CLAUDIA
21. ELIANA SOARES LIMA BATISTA FERREIRA
22. EMILIA DE SOUZA AGUIAR
23. FRANCISCO FERREIRA
24. GENI TEIXEIRA LOPES
25. ILDEU NERY DE ARAUJO
26. IONALDO FERNANDES
27. ISABELLA MEDEIROS
28. IVANILDE LOPES DE OLIVEIRA
29. IZABEL SOARES FRANÇA
30. JANAINA FERNANDES LINHARES
31. JOÃO RAIMUNDO DE JESUS DURÃES
32. JOAQUINA ROSA

33. JORGE FRANCISCO DE OLIVEIRA GUIMARÃES
34. JOSÉ DE FRANÇA FILHO
35. JÚLIO LINHARES
36. KEROLIN OLIVEIRA ULHOA
37. KEYLA ANTUNES KIKUSHI CAMARA
38. LILIAN DOS SANTOS OLIVEIRA
39. LILIANA CARDOSO SANTOS
40. LÍVIA DOS SANTOS OLIVEIRA
41. LUCAS PUCARATO
42. LUDMILLA SUAID
43. MANOEL BERTO
44. MARCELO BATISTA FERREIRA
45. MARIA BETÂNIA GOMES DE OLIVEIRA
46. MARIA DA PAZ
47. MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DE MEDEIROS
48. MARIA DE FATIMA SILVA DOURADO
49. MARIA DO ROSÁRIO
50. MARIA JOSÉ CASTRO DE SOUSA
51. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO MANINHA
52. MARIA MARTINS DOYLE
53. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA
54. MAYARA DOS SANTOS LEÃO
55. MELISSA DOYLE GUERRERO
56. NEIDE DOS SANTOS LEAO
57. NIVALDO RENATO GUIMARÃES
58. ODETE DA CRUZ MARQUES
59. OTÁVIO DIAS PINDAIBA
60. RAUL ULHOA
61. RICARDO SILVEIRA FERNANDES
62. RITA DE CÁSSIA FERNANDES DE ANDRADE
63. RIVANIA SELMA DE CAMPOS FERREIRA
64. ROBSON ELEUTERIO DA SILVA
65. ROBSON FERREIRA SANTIAGO
66. ROSANIA CILENE DE CAMPOS
67. SABRINA SOARES FRANÇA
68. SALIN SIDDARTHA MARTINS DINIZ
69. SAMANTHA SOARES NEVES
70. SAMIRA SUELLY DE CARVALHO SOUSA
71. SILVANO FARIAS DA FONSECA
72. TERESINHA MONTEIRO OLIVEIRA
73. TEREZINHA LUIZ DOS SANTOS
74. DARLAN SANTINA RIBEIRO